

Hobbes, Locke e o Brasil.

Em um mundo ideal os indivíduos construiriam suas próprias vidas sem depender de nenhuma instituição externa para auxiliá-las. As famílias trabalhariam, usariam de sua força física e de seu intelecto para proverem soluções adequadas aos seus problemas. Em um mundo perfeito, as pessoas seriam responsáveis por si mesmas, teriam sonhos e seriam guiados a conquistá-los, por si mesmas.

As cidades, os Estados e países seriam construídos todos os dias por pessoas que sabem suas responsabilidades e que lutam todos os dias por elas. Trabalham, estudam, procuram sempre evoluir sua condição política, econômica e social. São seres pensantes, por suposto, capazes de enfrentar crises e solucioná-las. Não necessitam a toda hora que alguém ou alguma instituição externa venha lhes socorrer. E não pedem por isso. Porque afinal qualquer interferência externa estaria afetando sua liberdade, seu direito natural de preservar a si mesmo.

Esse mundo existe? Para os teóricos liberais, iniciados por Locke, esse mundo é perfeitamente palpável. Entretanto, se formos ao confronto da realidade, deixar os indivíduos a toda sorte não parece ser a melhor maneira de alcançarmos o tão sonhado ordenamento social. Indivíduos preocupados com seus próprios interesses, sem leis ou regras de comportamento, são algozes, ladrões ou destruidores do sonho alheio.

O *estado de natureza* descrito por Locke não parece ter conexão com a realidade. Isto porque, Locke definiu uma essência humana afeita à paz, ao convívio social, seguindo a linha iniciada alguns séculos antes por Aristóteles, onde o homem é (naturalmente) um "animal social". Jogados a toda sorte e confrontados entre si, dada a atual realidade do mundo, os indivíduos tendem muito mais a guerra do que a paz. Visto isso, o *estado de natureza* descrito por Thomas Hobbes parece ser o mais apropriado para descrever a essência humana.

A diferença essencial de pensamento desses dois monstros sagrados da literatura universal reside exatamente no conceito de natureza. Para Locke, no estado natural existe uma lei natural para governá-lo: a razão. Essa razão lockiana "(...) ensina a todos os homens que a consultem, por serem iguais e independentes, que nenhum deles deve prejudicar a outrem na vida, na saúde, na liberdade ou nas posses". Já Hobbes convencionou que, em estado natural, o ser humano é levado a supor que o mais racional a ser feito é atacar o outro antes de ser atacado. O homem hobbesiano é movido por suas paixões e desejos, sem ter a consciência social de que Locke apropria-se.

É importante entender essa diferença de pensamento entre Hobbes e Locke, porque dela deriva soluções distintas. Para Hobbes, dado que no estado de natureza existe a generalização da guerra, é necessário a constituição de um Poder Supremo, responsável pela defesa de tudo mais. Já para Locke, dado que o homem é naturalmente guiado pela razão exposta, é necessária a

constituição de um Poder Consentido pela maioria, responsável por executar as leis e regras de uma sociedade.

A invalidade do contrato social no Brasil

Em países como o Brasil, onde o Estado antecede a nação, a primeira hipótese a se testar seria a validade do pensamento de Hobbes. Ora, em um país onde a iniciativa individual é trocada por ritos e políticas implementadas por um Poder Central, a solução lockiana não teria pouca ou nenhuma aplicabilidade? Assim, somente um Estado forte poderia por fim aos descasos da miséria.

A história da humanidade graciosamente demonstrou que a centralização do poder nas mãos de poucos por prolongado tempo só faz mal ao conjunto social. Foi assim na maioria dos impérios, ditaduras ou até mesmo governos dito republicanos. Afinal, ensina Maquiavel que a primeira tarefa de um governante é manter-se no poder, somente depois governar. Um certo líder da “esquerda” brasileira vem comprovando essa tese no governo federal.

Por suposto, os males de um Estado “forte” são muitos. Isto porque, um Estado financia-se através da cobrança de tributos de seus participantes, ditos cidadãos. Assim quanto maior for o Estado, maiores áreas ele investir, maiores responsabilidades ele tiver, proporcionalmente maior será a conta paga por ele.

Além do fardo financeiro, há também dois outros inconvenientes: a corrupção e a ineficiência. Muitos autores entrelaçam esses dois aspectos em um só. Mas é possível ser ineficiente sem ser corrupto, o que deixa-nos uma brecha para refutar a tese de aglutinação. A corrupção está na essência humana, nos seus valores e suas crenças. A ineficiência está associada à falta de preparo intelectual para assumir determinada função. As duas são perpetuadas pela falta de fiscalização por parte dos patrões do Estado: os seus cidadãos, os pagadores de impostos.

Assim temos uma contradição teórica. Se a instituição do Poder Supremo tem mais desvantagens do que propriamente vantagens, o Poder Consentido só pode ser instituído se os seus participantes (os cidadãos) de fato consentirem. Destarte, um dito Poder Consentido sem fiscalização é uma solução pior do que a instituição do Poder Supremo. Isto porque, no primeiro a participação social é uma pré-condição para sua existência, já no segundo o indivíduo se priva desse direito em prol do coletivo.

O contrato social fica invalidado. O modelo de Estado é inspirado no contratualismo, na democracia liberal. Nossa carta magna reflete tudo isso. Mas o clamor das ruas, as atitudes das pessoas, os seus sentimentos dão a entender que nada disso está enraizado na sociedade. Ou seja, vivemos uma grande mentira: somos uma democracia sem vivenciá-la no nosso dia a dia. Não cobramos os governos pelos nossos impostos pagos, jogamos lixo em nossas ruas, não

participamos da vida social de nossos municípios, não questionamos leis arbitrárias dentre vários outros exemplos.

Contrariando a jornalista Mirian Leitão que em uma de suas colunas de O Globo, usou as palavras risco e onda, numa referência à institucionalização da malandragem e da corrupção, respectivamente, não se trata mais disso. A corrupção e a malandragem já estão institucionalizadas a tempo. Só não vê quem não quer.

Uma perspectiva de mudança: educação como premissa.

Mudar essa situação é simples: basta que os indivíduos participem do jogo social. O difícil nessa mudança é fazer com que os cidadãos tomem partido nas ações dos governos. Uma premissa básica para que as pessoas passem a agir dessa forma é a instrução. Pessoas melhor instruídas tendem a serem mais conscientes de suas responsabilidades sociais. Veja o verbo: tendem. Por que? Ocorre que não é toda instrução que gera consciência social. Existem milhares de médicos, psicólogos, engenheiros, advogados *et cetera* que não dão a mínima para a sociedade onde vivem. Dado isto, seria preciso adotar uma revolução no processo de instrução da população.

O fato é que o modelo de contrato social instituído no Brasil, de clara influência liberal, não funciona a contento sem a participação dos indivíduos. Diante disso existem, ao menos, três opções: 1) seguir tendo "ondas" de corrupção; 2) adotar a premissa da instrução; 3) instituir o Poder Supremo. Dentre essas, continuar no mesmo caminho ou instituir o Poder Supremo não são soluções para o problema do ordenamento social. A única solução plausível é instituir a premissa da instrução dos cidadãos. Não se trata de um fim em si mesmo, mas um pré-requisito para que a participação social ocorra.

Com efeito, imagine uma sociedade onde todos os seus cidadãos receberam instrução adequada. Seja em instituições privadas ou públicas, todos tiveram oportunidades de se instruir. A partir disso, todo o modelo capitalismo se justifica. Sem isso, todas as riquezas tendem a se concentrar nas mãos de uma pequena elite. Destarte, não há aqui a busca pela utopia da igualdade entre os indivíduos, mas sim a igualdade de condições entre uma pessoa pobre e outra rica receberem instrução.

Claro que uma criança pobre terá maior dificuldade em receber o mesmo nível de instrução do que uma criança rica. Isso mesmo que o sistema público de ensino se aperfeiçoe. Entretanto, dada as condições de igualdade de instrução, não há mais nada que os governos possam fazer. A partir daí, o indivíduo deve definir o que deseja para si: perpetuar a miséria de origem ou seguir em frente, galgando melhor condição política, social e econômica. A liberdade esta mantida.

Assim, a opção futura (e única) de qualquer governo que deseje constituir uma sociedade baseada no poder consentido deve ser a de dedicar inteira prioridade ao processo educacional. Dar

chances iguais de instrução para crianças pobres e ricas. Para alcançarmos o Estado Liberal de Locke é necessário que se faça esse ajuste. Não são necessários programas de renda mínima, cheque-cidadão, fome zero ou qualquer outra migalha dita social. O que é realmente necessário é dar condições iguais de competição para todos. O modelo se encarrega do resto.

Vítor Wilher